

**TENDÊNCIAS DE CONCENTRAÇÃO REGIONAL NO
INTERIOR PORTUGUÊS – O CASO DE TRÁS-OS-MONTES
E ALTO DOURO
MOURAO, Paulo***

Resumo: A população portuguesa não foge para o litoral. A população portuguesa das áreas do interior norte (Trás-os-Montes e Alto Douro), num primeiro nível de movimentação, procura migrar para as vilas sedes de município e/ou para as cidades da região. Este trabalho identifica esta hipótese como válida para explicar a distribuição das populações da área em estudo, a partir do século XIX. Assim, o interior do país está a assistir, não a uma litoralização, mas sim a uma urbanização regional.

Palavras-Chaves: Distribuição populacional; Interior de Portugal; Migrações

Abstract: The Portuguese population does not run to the seaside areas. The Portuguese population from the inner north of Portugal (Tras-os-Montes and Alto Douro), in a first stage, intends to migrate to the small towns, head of the municipalities, and/or to the cities of the region. This work identifies this last hypothesis as correct to explain the population distribution of the studied area, since the 19th century. Therefore, the inner areas of the country are mainly being characterized by regional urbanization movements, and not by the widely enunciated litoralization.

Key Words: Demographic distribution; Inner of Portugal; Migrations
JEL Codes: R12, J61

1. Introdução

Uma das ideias mais difundidas nos economistas e sociólogos regionais, em Portugal, a partir da década de 1960, perante o problema da distribuição demográfica nacional, assenta na hipótese

*Paulo Reis Mourão; Departamento de Economia / Núcleo de Investigação em Políticas Económicas; Universidade do Minho; Gualtar; 4700 Braga; Portugal; paulom@eeg.uminho.pt

de que a litoralização das populações (tendência de crescimento das populações do litoral português face à tendência de decréscimo do número de pessoas a habitar em zonas rurais) explica, *per se*, o abandono das áreas do interior, numa lógica de migrações internas (outro factor, localizado em migrações internacionais, levar-nos-ia à discussão do complexo de emigração portuguesa).

Este trabalho procura enriquecer o leque de explicações que a hipótese enunciada tem possibilitado. O enriquecimento principal que possibilita reside na observação de que, numa região do interior norte de Portugal, em Trás-os-Montes e Alto Douro (actualmente, genericamente descrita como englobando as NUT III Alto Trás-os-Montes e Douro), a primeira reacção das populações perante a necessidade de migração é localizarem-se nas vilas sede de concelho ou nas cidades principais da área envolvente.

Para o efeito, recorre-se, num primeiro nível, à observação dos exemplos mais remotos que, com consistência, são possíveis de consulta, referentes ao século XIX português. Posteriormente, observa-se o século XX de Portugal, com proeminência especial, os últimos anos detalhadamente analisados no esforço censitário levado a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística. Desta feita, o trabalho testa uma nova hipótese de distribuição regional, na medida em que discute a existência de uma tendência de concentração urbana intra-regional anterior às intenções de deslocalização em favor das zonas litorais. O recurso a indicadores demográficos regionais, nomeadamente focando a concentração regional, em momentos distintos, acompanhado de quadros e mapas sugestivos, ofereceu-se como instrumento de teste da hipótese construída.

A estrutura remanescente do trabalho é composta pelo estudo sintético dos antecedentes demográficos da região (Secção 2), subdividido na análise sobre o século XIX e sobre o século XX. A Secção 3 foca, detalhadamente, a realidade contemporânea da área transmontana e alto-duriense, observando o espectro de concelhos e respectivas freguesias, identificando padrões de concentração, casos de crescimento populacional e casos de decréscimo populacional. Finalmente, a Secção 4 conclui.

2. Antecedentes demográficos em Trás-os-Montes e Alto Douro

2.1 O século XIX A região de Trás-os-Montes e Alto Douro jamais teve um crescimento demográfico contínuo. Na realidade, se, em tempos remotos (aproximadamente, dois mil anos, considerando o período da instalação dos interesses imperiais romanos), habitavam esta região tribos diversas, em povoados concentrados mas com interligação interna, já durante a ocupação árabe (séculos VIII e IX da nossa era), o solo transmontano foi sendo, progressivamente, desabitado. Solo redescoberto no alvor da nacionalidade Portuguesa (séculos XII e XIII), muito por força das intenções povoadoras dos reis e dos senhores locais, como Paulo Mourão¹ defende. Desde então, apesar de movimentos cíclicos da natalidade e da mortalidade, por vezes coincidentes, a região transmontana e alto-duriense viu, de um modo segmentado na constatação dos séculos, a sua população crescer de um modo díspar.

Teresa Rodrigues² avisa-nos que, entre 1801 e 1900, a população continental portuguesa aumentou 72%, a um ritmo de crescimento médio de 0,55% ao ano, um valor modesto se comparado aos ritmos de crescimento dos outros países da Europa. Assolado por crises de mortalidade, o país reconhecia uma esperança média de vida que oscilava entre os 25 e os 35 anos, apesar de, na segunda metade do século XIX, a realidade demográfica (fruto de transformações sociais, de matriz económica, essencialmente) ter melhorado. De um modo geral, para esta autora, o século XIX acabaria por reflectir a estagnação do século XVIII, apesar de, em Setecentos, Pombal, com um conjunto diversificado de medidas, ter tentado incrementar o perfil sócio-demográfico nacional, alternativamente corroborado por

¹ Mourão, Paulo; “Incentivos à localização em Trás-os-Montes e Alto Douro (os séculos X-XVI)” in ‘Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais’; Bragança; 2004; edição em cd-rom

² Rodrigues, Teresa; “A população portuguesa nos séculos XIX e XX. O acentuar das assimetrias de crescimento regional”; in ‘População e Sociedade’ nº1; Centro de Estudos da População e Família; Porto; 1995; pg. 57-72

Paulo Mourão³. O grande problema era, mais uma vez, a desarticulação entre os vários sectores da economia.

No início do século XIX, o urbanismo nacional encontrava-se estratificado essencialmente em dois grupos: a Norte predominava uma população residente em miríades de pequenas aldeias e vilas, enquanto a Sul despontavam os primeiros traços de concentração urbana⁴. Já a partir do século XV, eram evidentes, um pouco por todo o país, um reforço da importância das urbes sobre as vilas e as aldeias, bem como uma maior importância das zonas urbanas sobre as zonas rurais, não só na captação residencial, mas, igualmente, na concentração de organismos decisores. Para este movimento, muito contribuiu o dinamismo económico da faixa litoral, com uma animação extraordinária dos portos marítimos (contextualizados na época dos Descobrimentos) levando a que, em pleno século XVIII, a área litoral norte oferecesse uma das mais elevadas densidades demográficas de Portugal.

Desde logo, três núcleos urbanos tendiam para a concentração: Lisboa, Porto e Covilhã, ligados, entre si, por redes viárias principais e, depois do aparecimento da locomotiva em Portugal, por nós ferroviários. Em 1870, a fase agrícola próspera traz um novo impulso à actividade do sector primário e um dinamismo especial às regiões rurais. No entanto, o fim do século XIX comporta um fenómeno marcante que, para Teresa Rodrigues, explicará, em boa parte, os desequilíbrios populacionais do século XX: o processo de industrialização, que, numa análise mais universalista, trará não só um acréscimo da mobilidade geográfica, mas também novas realidades sociais nos locais receptores e emissores de mão-de-obra, novas assunções ideológicas e políticas e uma revolucionária concepção do espaço português.

³ Mourão, Paulo; "A Companhia Geral da Agricultura e dos Vinhos do Alto Douro – antecedentes, acção e consequências no Douro de Setecentos", in 'Boletim Cultural' nº12 ; Vila Real; 2006; pg. 93-101

⁴ Pinto, Maria Luís Rocha; Rodrigues, Teresa; "O crescimento urbano no Portugal oitocentista"; População e Sociedade' nº2; Centro de Estudos da População e Família; Porto; 1995; pg. 131-146

O quadro seguinte evidenciará a Taxa de Crescimento Anual Média, nos distritos focados de Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu (distritos do interior centro e norte de Portugal⁵), bem como os valores globais para o país, nos dois últimos terços do século XIX.

Quadro 2.1.1 - Taxa de Crescimento Anual Média, por distritos, de 1837 a 1900 (%)

<u>DISTRITO</u>	<u>1837-1864</u>	<u>1864-1878</u>	<u>1878-1890</u>	<u>1890-1900</u>
Bragança	0,96	0,43	0,53	0,32
Guarda	0,31	0,59	0,76	0,51
Vila Real	0,76	0,37	0,46	0,26
Viseu	0,76	0,36	0,43	0,30
PORTUGAL	0,64	0,59	0,95	0,75

Fonte: Rodrigues, Teresa (ob. cit.: pg. 60)

De uma análise do quadro constata-se que foi a partir de 1864 que as taxas de crescimento dos distritos destacados começam a ser inferiores à média nacional. Para o facto contribuem várias forças, nomeadamente a emigração generalizada, a industrialização localizada, o reforço da actividade pecuária, o novo regime de propriedades (com a extinção política dos morgadios e um fraccionamento da posse fundiária), as elevadas taxas de natalidade e de mortalidade em Bragança e na Guarda e uma tendência de movimentação demográfica no sentido Norte-Sul, devido à atractividade dos pólos industriais em fase desenvolvida. A autora referida cita ainda a acentuação, durante a 2ª metade de Oitocentos, da macrocefalia do distrito de Lisboa⁶. Mas outro fenómeno vai ganhando realce então: a concentração urbana que, a partir de 1850, atinge valores próximos dos 55%. Vemos ainda, através do quadro

⁵ Apesar de Trás-os-Montes e Alto Douro ser usualmente identificado com os distritos de Vila Real e Bragança, a verdade reporta ao facto de que as actuais NUT III Douro e Alto Trás-os-Montes englobam os concelhos dos distritos de Vila Real e Bragança e alguns concelhos do norte dos distritos de Viseu e Guarda, usados aqui também para efeitos de comparação inter-regional.

⁶ Rodrigues, Teresa; ob. cit: pg. 61

abaixo, o decréscimo do peso populacional dos quatro distritos já evidenciados, transversalmente ao século XIX.

Quadro 2.1.2 - População recenseada nos distritos de Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu (1837-1910) em percentagem comparativa ao total nacional

DISTRITO	1837	1850	1864	1878	1890	1900
Bragança	3.8	3.6	4.1	4.1	3.9	3.7
Guarda	6	5.6	5.5	5.5	5.4	5.2
Vila Real	5.4	5.3	5.6	5.4	5.1	4.9
Viseu	8.9	8.6	9.2	8.9	8.4	8.0
PORTUGAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pinto, Maria L. R.; Rodrigues, Teresa (ob. cit.: pg. 133)

Quadro 2.1.3 - Variação da População Total, Urbana e Rural entre 1864 e 1900 (%)

DISTRITO	Variação Total	Variação Urbana	Variação Rural
Bragança	17	29	15
Guarda	25	39	23
Vila Real	14	28	12
Viseu	14	15	14
PORTUGAL	31	55	22

Fonte: Pinto, Maria L. R.; Rodrigues, Teresa (ob. cit.: pg. 136)

A própria variação da população urbana em Trás-os-Montes e Alto Douro é um indicador que exige atenções especiais (na dupla medida de que um aumento da população urbana não deve ser, só por si, considerado como uma manifestação de desenvolvimento - tão só indiciador da observação de uma dinâmica que acabava por favorecer os outros centros urbanos do país e que não foi acompanhada no Interior Norte e, num segundo ponto, a necessidade de definirmos cidade/centro urbano/urbanização e urbanismo⁷). No

⁷ Maria Luís R. Pinto e Teresa Rodrigues, na obra conjunta citada, esboçam a complexidade destes termos, recorrendo a A. Luciano de Sousa Franco e António Lopes Vieira que, para o efeito, compreendiam três aspectos essenciais: a base demográfica, a base geográfica (que englobava a

espaço dos distritos de Bragança, Guarda, Vila Real e Guarda, entre 1864 e 1900, eram estas as variações da população total, urbana e rural, em percentagem, entre 1864 e 1900. Como recordado por Maria Luís R. Pinto e por Teresa Rodrigues, os distritos que, na segunda metade de Oitocentos, mais aumentaram foram os que tiveram acréscimos mais substanciais na população urbana. Apesar de tudo, houve uma tendência de concentração da população nas cidades consideradas, como é notório na análise do quadro seguinte:

Quadro 2.1.4 - População urbana em relação ao total de habitantes por distrito (%)

DISTRITO	1837	1864	1878	1890	1900
Bragança	11.8	12.5	13.2	13.1	28.7
Guarda	13.4	14.0	14.7	15.0	39.1
Vila Real	13.9	14.0	14.8	15.6	28.3
Viseu	16.1	16.1	16.5	16.2	15.1
PORTUGAL	27.5	28.2	31.0	32.5	54.4

Fonte: Pinto, Maria L. R.; Rodrigues, Teresa (ob. cit.: pg. 137)

O espectro populacional da região em consideração só ficaria completo com a apresentação da "População Residente nas Cidades Oficialmente consideradas ao longo do século XIX" e da "Variação das Populações nas Cidades na 1ª e 2ª metades do século XIX (%)".

dimensão jurídico-administrativa) e o suporte socioeconómico. A Organização das Nações Unidas propõe, actualmente, a concepção de cidade enquanto núcleo com uma densidade populacional absoluta que ultrapasse os 20000 habitantes. No estudo destas autoras, as cidades citadas foram aquelas que, na sugestão de Fernando de Sousa, na constatação do período observado - século XIX - ou eram capitais de distrito, ou eram sedes de diocese, ou eram sedes de Tribunais de Comarca.

Quadro 2.1.5 - População Residente e Variação (%)

Cidade	População Residente					Variação da População	
	1801	1864	1878	1890	1900	1801-864	1864-900
Lamego	6013	7844	8124	8685	9179	30.5	17.0
Viseu	9059	6399	6956	7996	8216	-29.4	28.4
Vila Real	3484	4836	5296	5920	6736	38.8	39.3
Guarda	2381	3761	4613	5990	6092	58.0	62.0
Bragança	3151	4754	5071	5840	5476	50.9	15.2
Pinhel	2103	2238	2717	2977	2936	6.4	31.2
Miranda	650	868	1036	994	982	33.5	13.1

Nota: População Residente nas Cidades Oficialmente consideradas ao longo do século XIX e Variação das Populações nas Cidades na 1ª e 2ª metades do século XIX (%). Fonte: Pinto and Rodrigues(ob. cit.: pg. 139 e 143)

2.2 O século XX Durante o século XX, o número de residentes em Portugal Continental cresceu 4,4 milhões: um aumento de 81%, até 1991, ao que corresponde uma média de crescimento de 0,7% por ano. Os dois quadros apresentados abaixo mostrarão, essencialmente, o peso que o fenómeno migratório teve na realidade demográfica nacional, na medida em que catalisou, essencialmente, as taxas de crescimento total anuais médias dos distritos de Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu.

Quadro 2.2.1- Taxa de Crescimento total anual médio, por distrito, de 1900 a 1981 (%)

DISTRITO	1900- 1930	1930- 1940	1940- 1950	1950- 1960	1960- 1970	1970- 1980
Bragança	0.04	1.35	0.67	0.22	2.5	0.2
Guarda	0.06	1.31	0.4	0.85	2.82	0.25
Vila Real	0.21	1.30	0.93	0.18	1.98	0.08
Viseu	0.25	0.6	0.53	0.25	1.56	0.25
PORTUGAL	0.77	1.24	0.89	0.48	0.21	1.29

Fonte: Rodrigues, Teresa (ob. cit: pg. 64)

Quadro 2.2.2 - Taxa de Crescimento natural anual médio

DISTRITO	1900- 1930	1930- 1940	1940- 1950	1950- 1960	1960- 1970	1970- 1980
Bragança	0.92	1.37	1.29	1.54	1.04	0.53
Guarda	0.89	1.26	1.20	1.08	0.64	0.05
Vila Real	0.89	1.29	1.35	1.57	1.32	0.77
Viseu	0.97	1.23	1.24	1.28	1.10	0.72
PORTUGAL	1.04	1.15	1.05	1.22	1.15	0.85

Fonte: Rodrigues, Teresa (ob. cit: pg. 64)

A diferença matricial entre o quadro "Taxa de Crescimento natural anual médio, por distrito, de 1900 a 1981 (%)" e o quadro "Taxa de Crescimento total anual médio, por distrito, de 1900 a 1981 (%)" dar-nos-á a "Taxa de Crescimento migratório anual médio, por distrito, de 1900 a 1981 (%)". Facilmente se constata que as diferenças dos quatro distritos denunciados com o resto do país acentuam-se a partir da década de 1930, período onde a litoralização apresenta a sua magnitude crescente, através de crescimentos especiais dos distritos de Lisboa, Setúbal e do Porto. Mas é o decénio de 1960 que se revelaria carismático para Trás-os-Montes e Alto Douro: devido a uma emigração colossal e a uma redução do crescimento natural que acompanhou a tendência das outras regiões, a área do Interior Norte principiaria o seu processo de envelhecimento populacional e de fuga demográfica, ainda não estancados, como comprovado por Mourão(2005).

3.A realidade actual de Trás-os-Montes e Alto Douro

3.1 A distribuição da população pela região Os últimos Censos (de 2001) confirmaram uma realidade previsível: a região de Trás-os-Montes e Alto Douro⁸ continua a perder população.

⁸ Para a definição da região transmontana e alto-duriense, no presente trabalho, serão compreendidos os concelhos de Alfândega da Fé, Alijó, Armamar, Boticas, Bragança, Carraceda de Ansiães, Chaves, Vila Nova de Foz Coa, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Meda, Mesão Frio, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, São João da Pesqueira, Peso da Régua, Ribeira da Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião,

Usando dados absolutos, constata-se que, na última década, esta região viu diminuída a sua população residente em 28820 indivíduos, isto é, em termos relativos, menos 6,2%, aproximadamente, dos seus residentes de 1991. Qualquer coisa como o desaparecimento do município completo de Mirandela, utilizando uma imagem. Em 1991, os cinco concelhos com maior número de população (Mirandela, Lamego, Bragança, Chaves e Vila Real) ostentavam uma quota de 37,64% da população transmontana total. Em 2001, o mesmo conjunto de municípios revela a respectiva fatia aumentada para os 41,58%.

Caminhamos, portanto, para uma concentração do Interior Norte de Portugal num número reduzido de concelhos, o que poderá promover uma aceleração, ainda mais significativa, da desertificação da maior parte da área geográfica regional, trazendo efeitos duais (na ausência de uma política regional integrada e sustentada em palavras-chave como 'colaboração' e 'compromisso') para Trás-os-Montes e Alto Douro: se, por um lado, poderemos assistir a dinâmicas curiosas que tal realocização comporta nos municípios receptores, por outro sentido, o desânimo dos residentes, a apatia perante as oportunidades de investimentos estimulados pela Administração Central e, numa observação menos optimista, a fuga de capital instalado dos concelhos de partida, comportarão o agravamento dos movimentos sócio-económicos acusados. Mantém-se, igualmente, o espectro genérico quanto aos municípios menos habitados. Em 1991, os cinco concelhos com menor população eram os de Freixo-de-Espada-à-Cinta (4914 habitantes), Mesão Frio (5519), Vimioso (6223), Alfândega da Fé (6734) e Murça (7371). Passados dez anos, do grupo saiu o concelho de Murça (que passou a ser o 7º com menor número de residentes), ficando, assim, o referido conjunto: Freixo-de-Espada-à-Cinta (4197), Mesão Frio (4895), Vimioso (5330), Alfândega da Fé (5924) e Meda (6210). Os únicos concelhos transmontanos e alto-durienses que registaram acréscimos populacionais foram os de Vila Real (mais 3628 habitantes), Chaves (2618), Bragança (1634) e Mirandela (600). De salientar que são

Tabuaço, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Vimioso e Vinhais.

concelhos sediados em cidades, com uma estrutura da produção próxima da estrutura genérica do litoral português (com o predomínio do sector terciário, na classificação de Colin Clark). No entanto, os municípios de Valpaços e de Peso da Régua, igualmente com as sedes em cidades, lideram a região em termos de perda populacional, respectivamente, menos 3212 pessoas e menos 2806. São seguidos de Montalegre (menos 2672), Vila Pouca de Aguiar (menos 2119) e Vinhais (menos 2095). Como se procurará compreender em espaço adiante, o requisito de cidade não é suficiente para a preservação da população - outros factores, alguns sobejamente estudados pela literatura temática (como as distâncias relativas e a sedução exercida por concelhos vizinhos mais atractivos) exercem a respectiva influência nas decisões migratórias das pessoas. Os quatro concelhos que menos população perderam foram os de Murça (menos 614), Miranda do Douro (menos 612), Vila Nova de Foz Coa (menos 488) e Sabrosa (menos 445). Passando a uma observação relativa, os quatro municípios de onde, proporcionalmente, menos população foi perdida, são os de Miranda do Douro (menos 7,04%), Lamego (menos 6,89%), Sabrosa (menos 5,95%), e Vila Nova de Foz Coa (menos 5,49%). Se bem que a apreciação em termos absolutos nos ofereça a dimensão concreta do movimento litoralizante (sobretudo) que leva à desertificação (e à desumanização, no reconhecimento de outros autores) de Trás-os-Montes e Alto Douro, a avaliação relativa colmata o aspecto da proporção da população em causa com o valor global pretendido. Como, à frente, será enunciado, são estes concelhos que têm as condições especiais, à partida, para contrariar a tendência negativa destes movimentos sócio-económicos. Reconhecendo a polémica da consideração dos quatro municípios que conseguiram dilatar a sua população no último decénio como nucleares (compreensível na devida escala regional), torna-se viável a assunção de concelhos como os de Vila Nova de Foz Coa, Miranda do Douro, Sabrosa, Murça e Lamego enquanto municípios propulsores de efeitos interessantes de desenvolvimento por toda a região envolvente. Na visão simétrica, temos como exemplos dos concelhos que, proporcionalmente, mais população perderam, os conjuntos territoriais liderados pelas autarquias de Boticas (menos 19,22%), de Carrazeda de Ansiães (menos 17,33%), de Montalegre (menos

17,28%), da Meda (menos 16,6%) e de Vinhais (menos 16,46%) - todos eles com perdas mais graves que 15%. São apresentados, de seguida, os quadros sintetizadores da informação sugerida.

Quadro 3.1.2 - Posição ascendente dos concelhos, em termos de população absoluta

	1991		2001
Freixo	4914	→	Freixo 4197
Mesão Frio	5519	→	Mesão Frio 4895
Vimioso	6223	→	Vimioso 5330
Alf. Fé	6734	→	Alf. Fé 5924
Marça	7371	→	Meda 6210
Meda	7446	→	Boticas 6411
Sabrosa	7478	→	Marça 6757
Tabuaço	7901	→	Tabuaço 6762
Boticas	7936	→	Sabrosa 7033
Rib. Pena	8504	→	Rib. Pena 7406
Armamar	8677	→	Armamar 7479
Miranda	8697	→	Carrazeda 7635
Vila Flor	8828	→	Vila Flor 7904
Foz Coa	8885	→	Miranda 8085
Carrazeda	9235	→	Foz Coa 8397
Mondim	9518	→	Mondim 8541
Pesqueira	9581	→	Sta Marta 8575
Sta Marta	9703	→	Pesqueira 8738
Moncorvo	10969	→	Moncorvo 9920
Mogadouro	12188	→	Vinhais 10632
Vinhais	12727	→	Mogadouro 11282
Montalegre	15464	→	Montalegre 12792
Alijó	16327	→	Alijó 14334
Vila Pouca	17081	→	Vila Pouca 14962
Macedo	18930	→	Macedo 17432

Régua	21567	→	Régua	18761
Valpaços	22586	→	Valpaços	19374
Mirandela	25209	→	Mirandela	25809
Lamego	30164	→	Lamego	28085
Bragança	33055	→	Bragança	34689
Chaves	40940	→	Chaves	43558
Vila Real	46300	→	Vila Real	49928

fonte: ST (29/6/2001); cálculos efectuados pelo autor

Nota: uma seta descendente indicia subida de posição relativa

Quadro 3.1.3 - Valores dos pesos populacionais de cada concelho no conjunto

Concelhos	percentagem de 1991	Concelhos	Percentagem de 2001
Freixo	1,05%	Freixo	0,96%
Mesão Frio	1,18%	Mesão Frio	1,12%
Vimioso	1,33%	Vimioso	1,22%
Alf. Fé	1,44%	Alf. Fé	1,35%
Murça	1,58%	Meda	1,42%
Meda	1,60%	Boticas	1,46%
Sabrosa	1,60%	Murça	1,54%
Tabuaço	1,69%	Tabuaço	1,54%
Boticas	1,70%	Sabrosa	1,61%
Rib. Pena	1,82%	Rib. Pena	1,69%
Armamar	1,86%	Armamar	1,71%
Miranda	1,86%	Carrazeda	1,74%
Vila Flor	1,89%	Vila Flor	1,81%
Foz Coa	1,90%	Miranda	1,85%
Carrazeda	1,98%	Foz Coa	1,92%
Mondim	2,04%	Mondim	1,95%
Pesqueira	2,05%	Sta Marta	1,96%
Sta Marta	2,08%	Pesqueira	2,00%
Moncorvo	2,35%	Moncorvo	2,27%
Mogadouro	2,61%	Vinhais	2,43%
Vinhais	2,73%	Mogadouro	2,58%

Montalegre	3,31%	Montalegre	2,92%
Alijó	3,50%	Alijó	3,27%
Vila Pouca	3,66%	Vila Pouca	3,42%
Macedo	4,06%	Macedo	3,98%
Régua	4,62%	Régua	4,28%
Valpaços	4,84%	Valpaços	4,42%
Mirandela	5,40%	Mirandela	5,89%
Lamego	6,46%	Lamego	6,41%
Bragança	7,08%	Bragança	7,92%
Chaves	8,77%	Chaves	9,95%
Vila Real	9,92%	Vila Real	11,40%

fonte: ST (29/6/2001); cálculos efectuados pelo autor

3.2 No caminho da concetração Nesta análise demográfica, torna-se, igualmente, pertinente, alertar para uma realidade considerável. Na última década, Trás-os-Montes e Alto Douro assistiu ao crescimento populacional de quase todas as freguesias onde se situam as sedes de concelho, caminhando esta região para a criação de largos espaços exteriores aos centros dos concelhos desertificados, muito em breve. Como se torna possível verificar no quadro que se segue. Como facilmente se verifica, os únicos concelhos inicialmente considerados como incluídos na NUTIII Alto Trás-os-Montes e Douro cujas freguesias, onde se localizam as sedes, não tiveram crescimento positivo, foram os de Mesão Frio, Régua, Tabuaço, Boticas, Montalegre e Murça.

A gestão do espaço local reconhece um historial de ocupação que contempla as fases do impulsionamento, do desenvolvimento, da saturação e da fuga. Em termos de localização regional, após a concentração máxima de habitantes nos lugares centrais, tem-se assistido a três fenómenos distintos: à suburbanização, à desconcentração, e à descentralização⁹. Podemos, assim, compreender o porquê de uma freguesia interna do perímetro urbano de Vila Real (São Pedro) ter registado uma redução de população

⁹ Polèse, Mario; "Economia Urbana e Regional"; Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional; Coimbra; 1998; pg. 343-344

residente (menos 851 habitantes em relação ao número de residentes de 1991).

Quadro 3.2.1 - Freguesias que cresceram, em nº de residentes, entre 1991 e 2001, no Douro

Concelho	Freguesia	Variação absoluta	Variação relativa
Alijó	Alijó	61	2%
Alijó	Amieiro	10	11%
Armamar	Aricera	7	3%
Armamar	Armamar	52	4%
Carrazeda de Ansiães	Carrazeda de Ansiães	313	24%
Carrazeda de Ansiães	Marzagão	10	3%
Lamego	Lamego (Almacave)	828	12%
Mesão Frio	Vila Jusã	164	31%
Moimenta da Beira	Leomil	25	2%
Moimenta da Beira	Moimenta da Beira	282	13%
Penedono	Penedono	73	7%
Penedono	Souto	5	1%
Sabrosa	Gouvães do Douro	61	34%
Sabrosa	Sabrosa	120	11%
Sabrosa	São Martinho de Antas	24	3%
Sabrosa	Souto Maior	55	11%
Santa Marta de Penaguião	Lobrigos (São Miguel)	27	2%
São João da Pesqueira	São João da Pesqueira	118	6%
Sernancelhe	Esurquela	3	2%
Sernancelhe	Faia	0	0%
Sernancelhe	Sarzedá	43	8%
Sernancelhe	Sernancelhe	139	13%
Tarouca	Dálvares	11	2%
Tarouca	Tarouca	448	15%
Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo	517	21%
Vila Flor	Vila Flor	134	6%
Vila Nova de Foz Côa	Freixo de Numão	80	14%
Vila Nova de Foz Côa	Muxagata	50	14%
Vila Nova de Foz Côa	Vila Nova de Foz Côa	198	7%
Vila Real	Adoufe	155	8%
Vila Real	Arroios	214	29%
Vila Real	Folhadela	298	19%
Vila Real	Lamares	7	2%
Vila Real	Lordelo	820	40%
Vila Real	Mateus	968	61%
Vila Real	Mouços	218	8%
Vila Real	Vila Real (Nossa Senhora da Conceição)	2370	43%
Vila Real	Parada de Cunhos	711	66%
Vila Real	Vila Real (São Dinis)	805	26%

Fenómeno idêntico aconteceu à freguesia da Sé de Lamego (menos 595 residentes). Os espaços urbanos tendem a transformar-se em espaços dedicados, em quase exclusividade, às actividades terciárias, levando a uma deslocalização dos lugares de residência para o exterior das cidades. As restantes freguesias que registaram as reduções mais significativas de população (perdas maiores que 400 habitantes) , em termos absolutos, foram as de Vreia de Bornes (concelho de Vila Pouca de Aguiar, menos 949), Salto (concelho de Montalegre, menos 508), Vilarinho dos Freires (concelho de Peso da Régua, menos 487), Carrazedo de Montenegro (concelho de Valpaços, menos 435), e Sanfins do Douro (concelho de Alijó, menos 410).

Por outro lado, em termos absolutos, as freguesias com maior número de ganhos de residentes (mais que um milhar de habitantes), em idêntico período, foram as de Macedo de Cavaleiros (1176), Nossa Senhora da Conceição de Vila Real (2370), Santa Maria Maior de Chaves (2664), Mirandela (2972) e Sé de Bragança (3653).

Em termos relativos, as freguesias que registaram os valores mais negativos (perdas mais acentuadas que 45% dos residentes de há dez anos) foram as de Mofreita (concelho de Vinhais, menos 54,6%), Vreia de Bornes (concelho de Vila Pouca de Aguiar, menos 54,4%), Granjinha (concelho de Tabuaço, menos 50%), Lavandeira (concelho de Carrazeda de Ansiães, menos 46,8%), e Soutelo Mourisco (concelho de Macedo de Cavaleiros, menos 46%).As freguesias que, ainda em termos relativos, mais cresceram quanto ao número de residentes (mais que 40%) foram as de Nossa Senhora da Conceição (concelho de Vila Real, mais 43,3%), Mateus (concelho de Vila Real, mais 61,5%), Parada de Cunhos (concelho de Vila Real, mais 66%), e Samaiões (concelho de Chaves, 93,2%).

Atendendo agora ao indicador de concentração populacional nas sedes de concelho, verificámos que, de um modo generalizado, com excepção de Mesão Frio, todas as freguesias alojadoras das sedes de concelho viram o seu número relativo de residentes crescer. Confirma-se, portanto, a tendência de concentração interna nos

lugares centrais concelhios. Os casos mais significativos são os dos concelhos de Freixo-de-Espada-à-Cinta (crescimento da taxa de concentração de 46%, em 1991, para 51%, em 2001), Tarouca (crescimento de 31% para 41%), Bragança (crescimento de 49% para 57%) e Mirandela (crescimento de 32% para 43%). Os aumentos mais substanciais (diferenciais da taxa de concentração superiores a 7%) ocorreram em Carrazeda de Ansiães (7,05%), Tarouca (10,17%), Torre de Moncorvo (7,63%), Bragança (8,68%), Macedo de Cavaleiros (8,97%), Mirandela (10,76%) e Mogadouro (7,87%). Os próprios desvios-padrão, para os valores de 2001, considerados por concelho, revelam o crescimento do grau de dispersão dos valores relativos aos números de residentes nas diversas freguesias dos municípios em relação à média (registaram-se acréscimos em 25 dos 33 casos). Os cinco municípios com os desvios mais significativos são os de Bragança (2351 indivíduos), Mirandela (1794), Chaves (1739), Peso da Régua (1651) e Lamego (1593); por outro lado, os concelhos de Armamar (292), Penedono (281), Boticas (281), Sabrosa (275) e Sernancelhe (264) são os que ostentam os desvio-padrão mais inferiores.

Mais uma vez, torna-se necessário considerar a óptica de compromisso internamente aos destinos dos municípios. Espaços vizinhos concorrentes têm, subjacente, uma perspectiva de desafio. No entanto, a atractividade dos centros municipais arrasta um êxodo das outras freguesias em direcção à sede de concelho. Esta imagem distorce, evidentemente, os juízos dos decisores políticos, se ficarem limitados ao "aparente" sucesso das freguesias onde o 'domus municipalis' se encontra instalado. Temos, por isso, à par da litoralização das populações transmontanas, movimentos internos que favorecem, em primeiro lugar, as cidades da região, e, num magnetismo inferior, as sedes concelhias. Parece, portanto, que as outras freguesias, afastadas quer dos concelhos mais dinâmicos, quer dos espaços centrais do concelho, assistem, estoicamente, à perda, incessante, de residentes, de população activa, de eleitorado, de significância política, de pessoas, de cultura, de vida. Evidentemente, certos lugares necessitam de alguma projecção, mesmo em termos demográficos, para poderem assumir-se como motores de desenvolvimento dos espaços envolventes. Tal acarretará a

importação de capital (não só tecnológico e financeiro, mas também - e sobretudo- humano) de espaços ofertantes ou com menor capacidade sedutora. A lógica concorrencial de base, à partida, significaria uma valorização do Espaço maior, isto é, em última análise, do Estado. No entanto, como a Literatura já por diversas ocasiões fez notar, a concorrência dos e nos mercados não pode ser absorvida numa visão purista e pseudo-optimista. Também transposta para a lógica regional, a concorrência entre espaços, tão pouco automaticamente e muito menos a médio e longo prazos, conduz à melhor redistribuição da localização humana e à valorização do capital humano, entenda-se, as pessoas. Por isso, não parece, à partida, elegível o caminho da concentração micro-regional (nas sedes de concelho) ou, até mesmo, regional (nos centros principais). Não se está a referir unicamente à elevação das rendas sobre os espaços locados, à deterioração do nível de vida pela (excessiva) concentração ou, na outra face da moeda, à desertificação do interior, à desvalorização das actividades tradicionais e à ameaça da cultura regional. Afigura-se mais necessário o rápido entendimento de Índices de Desenvolvimento Humano, numa dinâmica regional, que não considerem restritivamente os valores produzidos, mas incorporem também o bem-estar das populações, o grau de satisfação e de realização das expectativas das pessoas, a igualdade de oportunidades segmentada, e valores intangíveis como a Educação, e os Padrões Culturais. Num momento onde se torna nítida a saturação de algumas freguesias referenciadas como urbanas, e a potencialidade de alguma absorção noutras da mesma categoria, revela-se premente a circunstância de repensar os espaços, sugerindo-lhes, no lugar de uma visão concorrencial, uma base de compromisso espacial.

4. Conclusão

O presente trabalho procurou sugerir as linhas preponderantes de caracterização dos movimentos demográficos absolutos na região transmontana e alto-duriense (interior norte de Portugal) a partir do século XIX. Assim, foi observado que ao longo do Século XIX as taxas de crescimento anuais médias dos distritos em foco especial, Vila Real e Bragança, diminuíram, apesar de se manterem positivas

neste período. No mesmo período, o peso populacional transmontano e duriense no conjunto de Portugal Continental também decresceu. O distrito de Bragança significava 3,8% da população portuguesa analisada em 1837. Em 1900 o mesmo indicador era de 3,7%. Em 1837, o distrito de Vila Real valia 5,4% da população portuguesa, significando, em 1900, algo próximo dos 4,9%.

Constatou-se adicionalmente que a tendência urbanizante (preferência pela localização em lugares centrais da região traduzida em crescimento da zona urbana em detrimento da zona rural) se havia iniciado nos inícios do século XIX, quem em Bragança quer em Vila Real. A realidade mais actual analisada (ano de 2001) reconhece, igualmente, a acentuação da tendência urbanizante, visível no peso crescente que os principais municípios apresentam no espectro regional aliada ao facto de serem os únicos a ostentarem taxas de crescimento positivas face ao último período de referência (ano de 1991). Por outro lado, esta distribuição intra-regional opera-se com contributos demográficos oriundos das áreas rurais que perdem num duplo sentido acusado: para os centros principais da região (cidades) e para as sedes de concelho, como áreas centrais mais próximas.

Finalmente, este trabalho oferece uma visão alternativa à ideia dominante de que o litoral português é o principal ponto de refúgio das populações rurais do interior em busca de melhores níveis de vida, na medida em que se comprovou que simultaneamente à fuga das aldeias se processa, previamente, um refúgio nas vilas sedes de concelho e/ou nas cidades, lugares centrais da região. Assim, torna-se possível, numa óptica de Política Económica Regional, equacionar os objectivos últimos dos decisores nas esferas locais, de modo a que esta distribuição populacional não comporte um choque demográfico de cariz negativo numa região – Trás-os-Montes e Alto Douro - em que os principais indicadores de Emprego se localizam no Sector Terciário dos Serviços Públicos, dependentes de esferas nacionais com pouca margem de manobra em termos de crescimento.

Referências Bibliográficas

Instituto Nacional de Estatística, INE; “Retratos das Freguesias”; Lisboa; 2001

Mourão, Paulo (2005); ‘Asas para voar – Estudo sobre o crescimento e crise de uma região europeia’; Universidad de Malaga.

Mourão, Paulo (2006) “A Companhia Geral da Agricultura e dos Vinhos do Alto Douro – antecedentes, acção e consequências no Douro de Setecentos”, in ‘Boletim Cultural’ nº12 ; Vila Real; pg. 93-101

Mourão, Paulo(2004); “Incentivos à localização em Trás-os-Montes e Alto Douro (os séculos X-XVI)” ; in ‘Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais’; Bragança; 2004; edição em cd-rom

Pinto, Maria Luís Rocha; Rodrigues, Teresa; "O crescimento urbano no Portugal oitocentista"; População e Sociedade' nº2; Centro de Estudos da População e Família; Porto; 1995; pg. 131-146

Polèse, Mario; "Economia Urbana e Regional"; Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional; Coimbra; 1998; pg. 343-344

Rodrigues, Teresa; "A população portuguesa nos séculos XIX e XX. O acentuar das assimetrias de crescimento regional”; “População e Sociedade” nº 1; Centro de Estudos da População e Família; Porto; 1995; pg. 57-72.

Semanário Transmontano, ST; “Dados provisórios sobre a região transmontana”; edição de 29 de Junho de 2001; Chaves; 2001

Annex on line at the journal website

Journal published by the EAAEDS: <http://www.usc.es/economet/eea.htm>

Quadro 3.2.2 - Freguesias com crescimento da População Residente no Alto Trás-os-Montes (1991-2001)

Concelho	Freguesia	Variação absoluta	Variação relativa
Alfândega da Fé	Alfândega da Fé	61	3%
Alfândega da Fé	Valverde	13	9%
Bragança	Castro de Avelãs	61	14%
Bragança	Donai	39	10%
Bragança	Gimonde	40	12%
Bragança	Nogueira	15	4%
Bragança	Rebordãos	29	6%
Bragança	Samil	158	17%
Bragança	Bragança (Santa Maria)	153	5%
Bragança	São Pedro de Sarracenos	18	6%
Bragança	Bragança (Sé)	3653	28%
Chaves	Anelhe	4	1%
Chaves	Bustelo	23	5%
Chaves	Curalha	49	10%
Chaves	Eiras	36	7%
Chaves	Outeiro Seco	799	30%
Chaves	Paradela	29	10%
Chaves	Samaiões	647	93%
Chaves	Sanjurge	104	39%
Chaves	Santo Estêvão	15	2%
Chaves	São Julião de Montenegro	25	9%
Chaves	Vale de Anta	122	11%
Chaves	Vila Verde da Raia	15	2%
Chaves	Vilar de Nantes	483	30%
Chaves	Santa Maria Maior	2664	28%
Chaves	Madalena	121	6%
Macedo de Cavaleiros	Lagoa	28	7%
Macedo de Cavaleiros	Lombo	32	9%
Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros	1176	24%
Macedo de Cavaleiros	Peredo	23	7%
Miranda do Douro	Miranda do Douro	204	10%
Miranda do Douro	Paradela	11	7%
Miranda do Douro	Sendim	39	3%
Mirandela	Carvalhais	304	29%
Mirandela	Mirandela	2972	36%
Mirandela	Navalho	11	9%
Mirandela	São Salvador	18	7%
Mirandela	Vale de Telhas	43	13%
Mogadouro	Mogadouro	665	22%
Murça	Vilares	33	14%
Valpaços	Valpaços	357	9%
Vila Pouca de Aguiar	Santa Marta da Montanha	23	13%
Vila Pouca de Aguiar	Vila Pouca de Aguiar	81	2%
Vila Pouca de Aguiar	Sabroso de Aguiar	708	S/d
Vimioso	Vimioso	14	1%
Vinhais	Vinhais	222	10%